

26 DEZ 1986

Um trabalho de fôlego

26 DEZ 1986

JOSE HELDER DE SOUZA



Ass. Const.
M 4

Antes que a ampulheta do tempo esgote o ano de 1986 e vire para nós o escorrer dos dias de 1987, o ano da Constituinte, façamos uma releitura do projeto de Constituição elaborado por uma comissão de homens ilustres e representativos da cultura, da ciência social e jurídica, da educação, da saúde, da economia e finanças, do sindicalismo e vários outros setores da vida nacional. Por ter sido presidida por Afonso Arinos, recebeu o nome desse ilustre homem das ciências e das letras, principalmente as jurídicas. Alguns críticos apressados e quase sempre desinformados da nossa história, saíram a campo sem ler seu texto e sem atentar para sua composição, e acolimaram o trabalho de elitista e de ter o governo do presidente José Sarney a criado para impor um modelo de Constituição ao Congresso. Nada mais falso. Coerente com sua composição plurefacética, é democrático. Trata-se de um trabalho de fôlego e seguiu, digamos, uma norma experimentada antes. Ao longo de toda nossa história como nação independente, o poder central tem tomado a iniciativa de formar comissões de brasileiros para elaborar e apresentar um projeto de Constituição quando a nação foi chamada a elaborar sua Lei Maior.

Foi assim na redação de nossa primeira Carta. Proclamada a Independência do Brasil, Dom Pedro I desejou implantar uma monarquia parlamentarista. Em 1823 convocou uma constituinte e entregou a José Bonifácio a tarefa de redigir um anteprojeto a ser submetido ao nascente Parlamento brasileiro. O "Patriarca da Inde-

pendência" dividiu essa incumbência com seu irmão Antônio Carlos e ainda Pereira da Cunha, Araújo Lima, Costa Agular e Muniz Tavares. O Imperador, lamentavelmente, não gostou do projeto, de certos aspectos liberalizantes do projeto e muito menos de algumas emendas que lhe fizeram, dando-lhe aspecto mais democrático. Fechou a assembleia, prendeu os deputados e promulgou, em 1824, a Constituição que conservou muito do texto de José Bonifácio.

Promulgada a carta sem as emendas democratizantes dos nordestinos, Pernambuco e Ceará levantaram-se na chamada "Confederação do Equador", de Tristão Gonçalves, Pedro Mororó e Frei Caneca, episódio heróico e pouco conhecido dos brasileiros. Mas isso é outra história.

Proclamada a República o governo provisório, convocou a Constituinte e novamente foi formada uma comissão destinada a elaborar projeto a ser discutido na Assembleia de 1891. Cinco brasileiros ilustres a formaram: Saldanha Marinho, Rangel Pestana, Antônio

Lulz dos Santos Werneck, Américo Brasiliense de Almeida Melo e José Antônio Pedreira de Magalhães Castro. Dele nasceu a nossa República com um certo resabão militarista, dada a grande presença de oficiais na assembleia, posto que os militares principalmente tinham derrubado a Monarquia.

Em 1930 cai a chamada "República Velha" e o poder revolucionário, em 1933, convoca nova assembleia para reordenar juridicamente a vida da nação. Mais uma vez formou-se uma comissão encabeçada por Afrânio de Melo Franco e composta por Carlos Maximiliano, Osvaldo Aranha, José Américo de Almeida, General Góis Monteiro, Assis Brasil, Antônio Carlos, Prudente de Moraes Filho, João Mangabeira, Artur Ribeiro, Agenor de Roure, Oliveira Vianna, Themistocles Cavalcanti, Castro Nunes e Carneiro da Cunha. Fez-se uma República em que o "sentido social do direito" teve certa prevalência em benefício dos trabalhadores.

A Carta de 37 tem muita história, mas não tem histórico, foi elaborada por um só

homem, Francisco Campos, com audiência de Getúlio Vargas e do General Eurico Gaspar Dutra. Foi-nos dada então a chamada "Polaca", regendo uma república parafacista — todos os poderes na mão do Presidente.

Deposto Getúlio Vargas em 1945, foi convocada uma Constituinte que se instalou em fevereiro de 1946. Foi a única a não ter uma comissão de fora a elaborar seu projeto. A própria assembleia elegeu uma grande comissão para elaborar o "projeto primitivo" à base da Constituição de 34. Escolhida das quatro mil emendas que lhe foram apresentadas, resultou na mais democrática de nossas Cartas, com pequenas imperfeições quanto ao sistema eleitoral e representativo, imperfeições resultantes em condições que levaram o País aos descabros constitucionais de 1964 e de 1968 do Ato Institucional nº 5 de triste memória, depois de termos passado pelo hibridismo da emenda parlamentarista de 1961.

Agora novamente se constitui uma comissão elaboradora de projeto a ser examinado pelo Congresso Constituinte. Apenas desta vez ela teve uma composição mais ampla tanto quanto ao número (52 membros), quanto às suas conotações políticas ideológicas — de Jorge Amado e Walter Borelli aos sacerdotes Padre Avila e Reverendo Guilhermino Cunha, de Sérgio Quintela a Helio Jaguaribe. Sem elitismo, como se disse, elaborou um texto que poderá perfeitamente modernizar a democracia no Brasil. Ideal buscado desde os positivistas da primeira República e tantas vezes frustrado.